



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

\*\*\*


28 de junho de 2021

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 533/2021

Exmo. Sr. Raimundo Rui (Rui Nova Onda)

Em atenção ao Ofício nº 396/2021, referente os Ofícios do Expediente nº 84/2021 e 85/2021, encaminhamos Parecer PGM-RC 144/2021 em anexo, provindo da Procuradoria Geral do Município.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

A Disposição dos Vereadores  
02 / 06 / 2021  
Presidente

 CÂMARA MUNICIPAL  
Documento recebido em  
322/2021  
funcionário

Exmo. Sr. Vereador  
RAIMUNDO RUI (RUI NOVA ONDA)  
Câmara Municipal  
NESTA.





**PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA  
SÃO PAULO

**PARECER PGM-RC 144/2021**

**Processo nº:** -----

**Assunto:** Ofício nº 396/2021-pf. Pedido de doação de área pública.

**Destino:** Gabinete

Trata-se de ofício da Câmara Municipal em que encaminha requerimento para viabilizar a doação de terreno que especifica com a finalidade de construir nele a Igreja Pentecostal Voluntários de Cristo.

Pois bem.

Inicialmente, cumpre dizer que a análise do pedido já foi objeto de parecer dessa Procuradoria por meio do processo administrativo nº 5.129/2021-5.

O imóvel em questão, segundo a ficha cadastral constante no processo administrativo já analisado está localizado em uma área institucional que, como tal, são aquelas destinadas à edificação de equipamentos comunitários, tais como praças, ginásio de esportes, áreas de lazer, escolas, postos de saúde, entre outros, conforme dispõe o art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 6.766/1979.

*“(…) Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:*

*§ 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.”*

No presente caso, não me parece que a pretensão de um órgão particular seja o de estabelecer um equipamento público, o que importaria vedação na pretensão do particular.

Como área institucional o referido imóvel não pode ter sua destinação modificada, conforme preceitua o art. 180, inciso VII, da Constituição do Estado de São Paulo que estabelece o seguinte:

*“(…) Art. 180. No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:  
VII - as áreas definidas em projetos de loteamento como áreas verdes ou institucionais não poderão ter sua destinação, fim e objetivos originariamente*

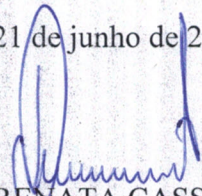


alterados, exceto quando a alteração da destinação tiver como finalidade a regularização de:"

Assim, a meu ver, seja pela disposição da Lei Federal nº 6.766/79, seja pelo contido no art. 180, inciso VII, da Constituição do Estado de São Paulo, levando-se em conta que a pretensão está distinta da construção de um equipamento público (até porque seria de um particular, em que pese Igreja Pentecostal Voluntários de Cristo), a pretensão é de ser indeferida, sendo esta a minha opinião.

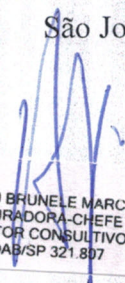
É o parecer que submeto à apreciação superior, bem como remeto ao Gabinete para decisão.

São João da Boa Vista, 21 de junho de 2021.

  
RENATA CASSIANO  
Procuradora do Município

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista, 22 de jun. de 2021.

  
ANALU BRUNELE MARCON  
PROCURADORA-CHEFE DO  
SETOR CONSULTIVO  
OAB/SP 321.807